

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.569 - PA (2018/0321666-6)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : EDINALDO LORENO DE CASTRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por EDINALDO LORENO DE CASTRO contra decisão proferida pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará que não admitiu seu apelo nobre (e-STJ fls. 179-182).

Consta dos autos que o agravante foi condenado, como incurso nas sanções do art. 15 da Lei n. 10.826/2003, à pena de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime inicial aberto, substituída por prestação de serviços à comunidade e pagamento de prestação pecuniária de 3 (três) salários-mínimos, acrescida do pagamento de 20 (vinte) dias-multa.

Em segunda instância, o Tribunal de origem negou provimento à apelação da defesa, mantendo incólume a r. sentença condenatória.

Interposto recurso especial, este não foi admitido pela Instância de origem (e-STJ fls. 179-182)

Nessa insurgência, pretende a parte, em síntese, seja conhecido e provido o recurso especial.

Parecer do Ministério Público Federal às e-STJ fls. 229-234.

É o relatório.

Da análise do presente recurso, verifica-se que este não merece ser conhecido, na medida em que o suplicante, em suas razões, não atacou o único fundamento da decisão agravada.

O *decisum* agravado não admitiu o apelo nobre com amparo na incidência do Enunciado n.º 83 da Súmula desta Corte.

No entanto, o agravante deixou de infirmá-lo, não tendo, pois, se desincumbido do ônus de refutar, especifica e dialeticamente, a razão de decidir da decisão impugnada, a fim de demonstrar sua eventual incorreção.

A contrário sensu, e de forma dissociada ao fundamento suso, aduziu o agravante, em suas reiterativas razões recursais (e-STJ fls. 190-200), se tratar da hipótese de violação à legislação federal, e sem qualquer subsunção, do caso em testilha, ao Verbete Sumular n.º 7/STJ.

Destaque-se que, em sede recursal, é necessário que a parte impugne, de forma direta, todos os impedimentos apontados para a não admissão de seu apelo nobre, explicitando os motivos pelos quais estes não incidiriam à hipótese em contenda, o que não se verifica *in casu*.

É assente neste Sodalício o entendimento segundo o qual “os recursos devem impugnar, de maneira específica e pormenorizada, os fundamentos da decisão contra a qual se insurgem, sob pena de vê-los mantidos. Não são suficientes meras alegações genéricas sobre as razões que levaram à inadmissão do agravo ou do recurso especial ou à insistência no mérito da controvérsia” (AgRg no AREsp 542.855/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 29/06/2015).

Nesse sentido, vejamos-se:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE NÃO CONHECIMENTO. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. ESGOTAMENTO DAS VIAS RECURSAIS EM SEGUNDA INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Nos termos da Súmula 182 desta Corte, é manifestamente inadmissível o agravo em recurso especial que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão confrontada.

[...]

(AgRg no AREsp 1148470/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018 – grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. USO DE DOCUMENTO FALSO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO CONFIRMADA. PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA.

1 - É manifestamente inadmissível o agravo que não impugna, especificamente, [...] os fundamentos da decisão de admissibilidade.

[...]

(AgInt no AREsp 974.742/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 10/02/2017 – grifou-se)

PROCESSO PENAL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1976. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 949.693/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 14/10/2016 – grifou-se)

Por tais razões, **não se conhece do agravo em recurso especial**, nos termos do artigo 34, inciso VII, combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se e intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

